



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0140834-67.2020.6.05.8000
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021
INTERESSADO : SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES, MATERIAL E PATRIMÔNIO
ASSUNTO : Parecer. Anulação de Licitação

Parecer nº 34 / 2021 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de análise da regularidade de procedimento licitatório em trâmite nos presentes autos e conforme Edital 15/2021.

2. Em análise preliminar, esta Assessoria se manifestou em documento n.º 1692410, uma vez identificada divergência no objeto da licitação. Chamou atenção o fato de que a licitação foi realizada para a contratação de serviço de manutenção do sistema de câmeras, contudo, a unidade demandante propôs no TR apenas a contratação de serviço de manutenção de equipamento integrante do sistema. Ademais, constatou-se que, muito embora o objeto ter sido especificado como serviço de manutenção do equipamento integrante do sistema, existia a previsão de troca do mencionado equipamento, supondo-se que poderia se tratar de aquisição e não serviço. Também, a última cotação fora realizada nos moldes propostos pela demandante. Assim, no caso em análise, a ASSED propôs que fosse ouvida a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral- ASJUR.

3. Instada, a ASJUR pontuou que além de mera divergência, de fato o objeto da licitação não foi adequadamente delimitado e salientou, trecho em destaque do parecer 383, documento n.º 1696246:

7. A informação em fase de esclarecimentos, a nosso ver, permitiu a todos os interessados a oferta de proposta baseada em eventual substituição do equipamento defeituoso.

8. Entretanto, forçoso admitir que, ao final, o objeto da contratação acabou não sendo corretamente delimitado. Ao contrário, carregou uma certa indefinição, que, não raro, leva a oferta de preço incompatível com a realidade, podendo caracterizar-se tanto como inexequível, ou mesmo, com sobrepreço.

8.1. In casu, a Administração não tem como identificar se o valor ofertado pela vencedora refere-se ao conserto ou à substituição do equipamento. E mais, se realmente a câmera precisará ser trocada por outra, em razão de não mais ser possível, ou mesmo vantajosa, a realização de manutenção corretiva. Neste ponto, em alguns casos, o conserto, embora possível, tem valor tão alto, que a substituição do bem revela-se medida mais vantajosa.

9. Cumpre, assim, trazer à lume o que diz a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10520/2002 acerca da questão:

Lei 8.666/93

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como

para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

Lei nº 10520/2002

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

(...)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

(destacamos)

10. Ainda sobre o tema, a Súmula 177 do TCU:

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão". (grifamos)

11. Ante todo o exposto, julgamos que, para além de mera divergência, o edital do pregão nº 15/2021 apresenta descrição imprecisa do objeto da contratação, o que consiste em vício insanável, merecendo, assim, que se promova a anulação do certame, oportunizando-se aos concorrentes o contraditório e a defesa, nos termos previstos no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, que reza:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa."

12. A par disso, sugerimos que a área demandante deflagre novo processo, impondo-se, antes da feitura de termo de referência, buscar orçamentos de empresas especializadas, a fim de apresentar o correto diagnóstico para a questão.

4. Ousamos salientar a necessidade de harmonia entre todas as informações divulgadas no edital que define o procedimento licitatório. Divergências interferem na competitividade e no julgamento objetivo.

5. Consoante previsão constante do art. 49 da lei nº 8.666/93, a anulação da licitação está condicionada à existência de ilegalidade. O art. 40 da Lei 8666/93 dispõe que o edital **obrigatoriamente** deverá indicar o objeto da licitação, que deverá ser sucinto e claro. Do mesmo modo, como destacado pela ASJUR, dispõe a Lei 10520/2002 sobre a necessidade de precisão do objeto da licitação. Portanto, no caso em comento, restou caracterizada a existência de vício insanável pela descrição imprecisa do objeto, que maculou o procedimento.

6. Deste modo, com lastro no parecer jurídico da ASJUR em documento n.º 1696246, na previsão constante do art. 49 da lei nº 8.666/93 e nos elementos acima relacionados, propõe-se a anulação da presente licitação. Contudo, previamente, deverá ser promovida a notificação das licitantes da intenção da Administração de

anular a presente licitação, de modo a garantir o contraditório e a ampla defesa, nos termos do § 3º do art. 49 da mencionada norma.

À consideração superior.

ANA FLAVIA CERQUEIRA MACHADO

Analista Judiciário

DESPACHO

De acordo. Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado**, **Analista Judiciário**, em 16/08/2021, às 17:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas**, **Assessor**, em 16/08/2021, às 17:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1697652** e o código CRC **FDB1CF35**.